



297

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004646-20.2014.8.17.0000 (0334419-0)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: EVERALDO RODRIGUES PESSOA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. PRONÚNCIA. IMPUTAÇÃO DA PRÁTICA DE HOMICÍDIO SIMPLES EM SUA FORMA TENTADA. INCONFORMISMO MANIFESTADO PELA DEFESA, ALMEJANDO A ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. TESE DEFENSIVA AMPARADA NA EXCLUDENTE DE ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA. MATERIALIDADE DO FATO E INDÍCIOS DE AUTORIA. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA SOBERANIA DO TRIBUNAL DO JÚRI E *IN DUBIO PRO SOCIETATE*. CORREÇÃO, DE OFÍCIO, DA TIPIFICAÇÃO LEGAL. RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A legítima defesa só pode ser liminarmente reconhecida quando comprovada de maneira evidente, cristalina e indiscutível. Caso contrário, sobreleva o interesse da sociedade, a quem competirá julgar o acusado, como ocorre na espécie.
2. Nesta fase procedimental, as dúvidas resolvem-se em favor da competência constitucionalmente assegurada ao Tribunal do Júri, em detrimento do brocardo jurídico *in dubio pro reo*.



298

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito nº 0334419-0 em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em negar provimento ao recurso, mantendo-se a decisão de pronúncia do Juízo *a quo*, corrigindo, de ofício, a tipificação legal, para que o acusado seja incurso nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, todos do Código Penal, nos termos do voto do Des. Relator.

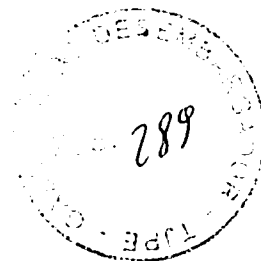
Recife, 1º de julho de 2014.



DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI
Presidente/Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004646-20.2014.8.17.0000 (0334419-0)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: EVERALDO RODRIGUES PESSOA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Everaldo Rodrigues Pessoa** contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Condado, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, *caput*, do Código Penal.

Consta na denúncia (fls. 61/62) que no dia 21 de janeiro de 2010, por volta de 17h, no Loteamento Nova Esperança, quadra 12, lote 10, na cidade de Condado, o denunciado **Everaldo Rodrigues Pessoa**, vulgo "Côca", sob a influência de álcool, ateou fogo no colchão de sua residência e após uma discussão com sua genitora, entrou em atrito com seu pai **Severino Rodrigues Pessoa** e, com *animus necandi*, desferiu golpes de facão contra este, causando-lhe as lesões descritas no laudo traumatológico coligido aos autos.

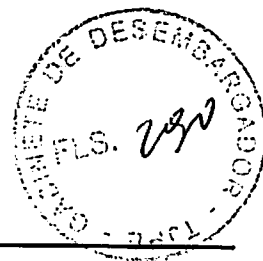
Tem-se que a vítima só não chegou a óbito em razão da interferência de terceiros, que interromperam a execução. Bem assim, de acordo com a peça acusatória, a vítima não teve chance de se defender, em virtude da surpresa do ato.

Após regular instrução do feito, o recorrente foi pronunciado como incurso nas penas do art. 121, *caput*, do Código Penal (fls. 250/251).

Inconformado com a decisão, o acusado, por meio de defensor público, interpôs o presente recurso (fls. 260/264), objetivando a reforma do *decisum*, para que seja operada a absolvição sumária, sob o argumento de que o recorrente praticou o crime em legítima defesa da sua genitora, que estava sendo agredida pela vítima.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi



O Ministério Público, em sede de contrarrazões (fls. 266/272), pugna pelo não provimento do recurso, com a manutenção da sentença em todos os seus termos.

Na oportunidade do juízo de retratação, o magistrado manteve integralmente a decisão de pronúncia, à fl. 274.

A Procuradoria de Justiça, em parecer (fls. 284/286), opina pelo não provimento do recurso.

É o Relatório.

Inclua-se o feito em pauta para julgamento.

Recife, 29 de maio de 2014.


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0004646-20.2014.8.17.0000 (0334419-0)

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO

RECORRENTE: EVERALDO RODRIGUES PESSOA

RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI

VOTO

Srs. Desembargadores,

Sr.(a) Procurador(a).

Como relatado, trata-se de Recurso em Sentido Estrito interposto por **Everaldo Rodrigues Pessoa** contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Condado, que o pronunciou como incurso nas penas do art. 121, *caput*, do Código Penal.

Inconformado com a decisão, o acusado, por meio de defensor público, interpôs o presente recurso (fls. 260/264), objetivando a reforma do *decisum*, para que seja operada a absolvição sumária, sob o argumento de que o recorrente praticou o crime em legítima defesa de sua genitora, que estava sendo agredida pela vítima.

Conforme dispõe o art. 413 do Código de Processo Penal, a pronúncia, por se tratar de decisão meramente declaratória, necessita apenas da prova da materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, o que se faz mediante uma análise ponderada do conjunto probatório. Ao Conselho de Sentença, por sua vez, cabe dirimir a dúvida, em respeito ao princípio *in dubio pro societate*, que vigora nesta fase processual e, também, ao princípio da soberania do Tribunal do Júri para decidir sobre crimes dolosos, tentados ou consumados, contra a vida.

No caso *sub examine*, a materialidade está comprovada pelo auto de exame traumatológico de fl. 28 e pelo auto de apresentação e apreensão de fl. 29.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

A autoria delitiva, por sua vez, foi confessada pelo acusado, na delegacia e em Juízo, conforme se verifica às fls. 09 e 238/239.

Para o reconhecimento da tese defensiva da legítima defesa, que objetiva a absolvição sumária em sede de pronúncia, é necessário que a prova carreada resulte evidente, cristalina e indiscutível, de modo que, inequivocadamente, ateste a ocorrência da excludente em comento.

Contudo, em análise aos presentes autos, verifica-se que não há prova contundente de que o acusado agiu em legítima defesa. É o que se depreende do seu próprio depoimento, prestado em sede inquisitiva, conforme se observa a seguir (fl. 09):

"Que, o conduzido alega que no dia de hoje, 21/01/2010, por volta das 17h00min, estava na sua casa quando num determinado momento desferiu um golpe de facão contra o rosto do próprio pai, ora vítima; Que, o conduzido alega que usou 01 (um) facão rabo-de-galo, ora apresentado e apreendido nesta delegacia de policia, para golpear a vítima; Que, o conduzido alega que desferiu um golpe de facão contra a vítima, devido ao fato desta ter discutido com a sua mãe (...)"

Por sua vez, perante a autoridade judicial, o acusado alterou um pouco a versão dos fatos, afirmando o que segue (fl. 170):

"que já tinha bebido e ao chegar perto de sua casa a vizinha Dulce disse que sua mãe tinha apanhado do seu pai, narrando que a sua mãe tinha saído de casa com a blusa rasgada o seio machucado e um machucado perto do olho direito; que ao entrar em casa o réu perguntou onde estava 'mainha' tendo a vítima lhe dito 'aquela rapariga está para o lado da rua do cabaré'; que o seu pai confirmou que havia agredido a sua mãe, empurrando a mesma tendo rasgado a blusa e pego no seio; que como havia chegado do serviço deixou o facão em cima da bolsa e saiu para falar com dona Dulce; que de repente dona Dulce disse: olhe meu filho lá vem o facão; que quando o réu se virou o seu pai já estava na porta próximo; que o eu pai tentou dar com um facão no depoente que não chegou a bater, porque este se esquivou; que bateu com um pau de arame no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

*seu pai tendo ele chegado a tombar e quando o réu foi tomar o facão dele o réu se machucou nos dedos com cortes em dois dedos da mão esquerda; que quando puxou o facão o bico do facão tocou do lado direito do rosto da vítima; que dona Dulce viu a hora em que o depoente estava atracado com o seu pai; **que não chegou a dar nenhum golpe no seu pai (...)**; que dona Dulce falou: oxe meu filho, ele se cortou; que além de dona Dulce ninguém mais viu o fato; que no local só havia o depoente a vítima e dona Dulce"*

Contudo, essa versão não foi plenamente ratificada pelo depoimento da testemunha **Dulce Maria da Silva do Nascimento**, prestado em sede judicial, conforme se verifica a seguir (fl. 238):

"que é vizinha do acusado e da vítima; que, no dia do fato, estava em casa, ouviu uma discussão e saiu para verificar o que ocorria, tendo visto a vítima e o acusado segurando um facão; que um segurava o facão, enquanto o outro tentava tomar a arma; que a depoente não sabe informar quem segurava o facão e quem tentava tomá-lo; que a vítima estava ferida (...) que não sabe informar quem pegou o facão primeiro (...) que o fato ocorreu porque, quando chegou a casa, soube que a sua mãe tinha sido agredida pela vítima; que procurou saber do ofendido por que ele agredira a mãe e surgiu a discussão (...)"

Dessa forma, considerando que não há prova inequívoca de que o réu agiu em legítima defesa, resta inviável a pretensa absolvição sumária, cabendo ao Tribunal do Júri o acolhimento da tese que lhe parecer mais verossímil, de acordo com o acervo probatório demonstrado em plenário.

Assim, sem adentrar no mérito da causa, vislumbrando apenas a existência de indícios suficientes de autoria e prova da existência do crime, entendo que deve ser mantida a decisão do Juízo de primeiro grau que pronunciou o réu.

Contudo, é necessário apenas que seja incluído, na tipificação legal contida na pronúncia, o art. 14, inciso II, do Código Penal, por se tratar de crime de homicídio em sua forma tentada.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi

Posto isto, o meu voto é no sentido de **negar provimento** ao presente recurso e, de ofício, corrigir a tipificação legal contida na pronúncia, para que o acusado seja incurso nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, II, todos do Código Penal.

É como voto.

Recife, 1º de Julho de 2014 .


Des. Marco Antônio Cabral Maggi
Relator